

ATA NÚMERO 93/XIII (3.ª)

Aos 03 dias do mês de outubro de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da última reunião da Comissão;
3. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, sobre o clima de ódio e violência existente no futebol profissional português.
4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, sobre o clima que se vive no futebol profissional português.
5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, sobre o clima que se vive no futebol profissional português.
6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Ministro da Cultura e da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), sobre o processo de transferência de instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS).
7. Outros assuntos.

II PARTE

11:00 horas:

Audição do Embaixador Seixas da Costa, indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

12 horas:

Audição do Professor Vieira de Andrade, indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

1. Informações

1.1. Apreciação do Orçamento do Estado para 2018

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, informou que as audições a realizar no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2018 com os Senhores Ministros da Cultura e da Educação teriam lugar, respetivamente, no dia 8 de novembro (quarta-feira), às 15 horas, e no dia 15 de novembro (quarta-feira), às 10 horas, não tendo sido apresentadas quaisquer objeções a estas datas por parte dos Senhores Deputados.

1.2 Proposta de calendário das audições regimentais dos membros do Governo:

Em relação ao calendário das audições regimentais a realizar no âmbito do artigo 104.º do RAR, a Senhora Presidente perguntou se algum Grupo Parlamentar se opunha à proposta elaborada pelos serviços:

Ministro da Cultura:

OE 8 novembro de 2017, 15:00H
9 de janeiro de 2018, às 15 horas
6 de março de 2018, às 15 horas
5 de junho de 2018, às 15 horas

Ministro da Educação / SE Juventude e do Desporto

15 de novembro 2017, 10h00 - OE
16 de janeiro de 2018, às 15 horas
20 de março de 2018, às 15 horas
19 de junho de 2018, às 15 horas

Não tendo sido apresentada qualquer objeção, a Senhora Presidente solicitou aos serviços de apoio que oficiassem o Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares transmitindo ao Governo a calendarização das audições regimentais previstas no artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

1.3 Colóquio Internacional «Pluralismo dos *media* em Portugal e na Europa»

Informou também a Senhora Presidente que o Professor Francisco Rui Cádima, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, endereçou a Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República um pedido para a realização, na Assembleia da República, do colóquio internacional «Pluralismo dos *media* em Portugal e na Europa» para apresentação do Relatório MPM 2016, da autoria de uma equipa da Universidade Nova de Lisboa – FCSH, coordenada pelo Professor Pier Luigi Parcu, do Instituto Europeu de Florença, ao que

se seguirá um debate com a participação dos Senhores Deputados, um representante da ERC, alguns académicos e representantes dos grupos de comunicação social.

Após um breve diálogo sobre este ponto, ficou acordado agendar esse colóquio para o dia 5 de dezembro de 2017, às 14 horas, na Sala do Senado da Assembleia da República.

1.4 Parecer sobre os relatórios da ERC

Em relação a este ponto, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) transmitiu à Comissão que o relator destes pareceres sobre o relatório de atividades e contas da ERC de 2016 e o relatório de regulação de 2016 seria o Senhor Deputado Hugo Carvalho (PS).

2. Apreciação e votação da ata da última reunião da Comissão

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

Antes de dar início à apreciação dos pontos seguintes, a Senhora Presidente questionou a Comissão acerca da possibilidade de se efetuar a discussão conjunta dos três requerimentos sobre o clima de ódio e violência existente no futebol profissional português, todos com o mesmo objetivo.

Não se tendo registado qualquer objeção, a Senhora Presidente deu então início à sua apreciação.

- 3. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, sobre o clima de ódio e violência existente no futebol profissional português**
- 4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, sobre o clima que se vive no futebol profissional português**
- 5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, sobre o clima que se vive no futebol profissional português.**

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar sobre o clima de ódio e violência existente no futebol profissional português, reportando-se às responsabilidades que o Parlamento tem nesta matéria, importando, nesse sentido, avaliar os objetivos subjacentes às declarações feitas pelo mais alto responsável português pelo futebol, Fernando Gomes, para que os

Deputados possam dar o seu contributo para a diminuição da crispação existente, que nada abona a favor da prática desportiva.

O Senhor Deputado João Torres (PS) iniciou a sua intervenção defendendo que as declarações do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol devem suscitar uma profunda reflexão na sociedade portuguesa e que importa encontrar as soluções legislativas que acautelem as preocupações enunciadas e, muito particularmente, que contribuam para o reforço do combate a todas as expressões de violência no desporto, em geral, e no futebol profissional português. Nesse sentido, lembrou a necessidade de os agentes políticos irem ao encontro do apelo feito à Assembleia da República pelo Presidente da Federação Portuguesa de Futebol para que possa haver um maior envolvimento na correção dos fatores negativos que prejudicam a qualidade do fenómeno desportivo e para que todos possam contribuir para a pacificação do clima existente.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) sublinhou o carácter continuado do trabalho que tem de ser feito contra a violência no desporto, realçando a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Futebol para vir ao Parlamento debater esta questão. Concluiu afirmando que o Grupo Parlamentar do BE defende que devem ser ouvidos todos aqueles que acompanham diariamente o fenómeno desportivo.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) sublinhou o apoio do Grupo Parlamentar do CDS-PP aos três requerimentos apresentados, que versam sobre matéria extremamente pertinente e sobre a qual o Parlamento se tem debruçado, havendo, nesse sentido, todas as razões para ouvir o Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Futebol e eventualmente, na sequência da sua intervenção, outros atores.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) iniciou a sua intervenção sublinhando o apoio do seu Grupo Parlamentar aos requerimentos apresentados, sendo esta uma matéria que importa discutir e aprofundar, sem prejuízo da própria 12.^a Comissão poder ouvir outras entidades ligadas ao setor.

Uma vez submetidos à votação, os três requerimentos apresentados foram aprovados por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Ministro da Cultura e da Associação dos Arqueólogos Portugueses AAP, sobre o processo de transferência de instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS)

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) reportou-se à denúncia feita pela Associação dos Arqueólogos Portugueses relativamente ao processo de transferência das instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática e à situação de grande fragilidade em que se encontra por falta de recursos financeiros, humanos e técnicos. A mudança de instalações está a ser feita à pressa, em condições muito pouco dignas para quem lá trabalha e para o património náutico e subaquático à guarda do CNANS. Há espólio em imersão que necessita de água corrente, para evitar o surgimento de fungos e bactérias que sejam prejudiciais a esse património. Enquanto os trabalhadores do CNANS tentam rapidamente embalar todo o material e dar resposta às restantes exigências de trabalho, logo se deparam com andaimes montados por cima do laboratório onde ainda tentam operar. Há pó e ruído por todo o armazém porque há trabalhos de adaptação do espaço em curso.

Daí o Grupo Parlamentar do PCP considerar urgente ouvir o Senhor Ministro da Cultura para que esclareça todas as dúvidas relativamente a este processo de mudança, designadamente o que vai acontecer ao património e aos trabalhadores do CNANS nos meses que ainda faltam até à conclusão do prazo de execução do projeto para Xabregas, bem como a Associação dos Arqueólogos Portugueses, que observou no local as condições em que estavam a ser efetuadas as mudanças.

Os Senhores Deputados Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP), João Torres (PS) e Pedro Pimpão (PSD) usaram de seguida da palavra para manifestarem o seu apoio às duas audições propostas no requerimento em apreciação, tendo a Senhora Deputada Teresa Caeiro proposto, inclusivamente, uma visita da Comissão ao local para que se possa inteirar *in loco* da forma como este património, de valor material e imaterial inestimável, está a ser tratado, proposta que foi acolhida por todos.

Uma vez submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

7. Outros assuntos

No âmbito deste ponto, a Senhora Presidente deu conta que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 10 de outubro de 2017.

II PARTE

Audição do Embaixador Seixas da Costa, indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA

Antes de dar início à audição, a Senhora Presidente referiu que a Lei n.º 39/2014 prevê que, decorridos três anos do primeiro mandato do CGI, seja efetuado um sorteio para aferir quais os três membros cujo mandato caduca e quais os três que o

cumprem até ao fim. Dos três lugares que têm de ser substituídos um é indigitado pelo Governo, outro pelo Conselho de Opinião da RTP e o terceiro cooptado. Em 9 de junho o CGI realizou esse sorteio para a saída desses três membros que terminaram o seu mandato em 11 de setembro: Ana Lourenço (indigitada pelo Governo), Manuel Silva Pinto (Conselho de Opinião) e Álvaro Dâmaso (cooptado), mantendo-se no cargo António Feijó, Presidente, Simonetta Luz Afonso e Diogo Lucena. Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º, o Governo indicou o Embaixador Seixas da Costa para integrar o CGI e o Conselho de Opinião o Professor Doutor Vieira de Andrade.

A ERC já se pronunciou sobre a indigitação do diplomata (n.º 4 do artigo 14.º, «dos membros a indigitar ou a cooptar é dado conhecimento à ERC, a fim de se pronunciar sobre o cumprimento dos requisitos pessoais no prazo de 10 dias úteis a contar da data em que é dado aquele conhecimento»).

Dando esta breve explicação inicial, a Senhora Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Embaixador Seixas da Costa, dando-lhe de seguida a palavra.

O Senhor Embaixador Seixas da Costa começou por referir que considera não existir qualquer incompatibilidade entre as funções que exerce atualmente e as de membro do Conselho Geral Independente da RTP, pretendendo continuar a dar opiniões no seu blogue e no Jornal de Notícias acerca da atualidade quotidiana e a exercer as funções nas empresas com que colabora (EDP Renováveis, a Mota-Engil e a Jerónimo Martins) - de resto, a este respeito adiantou que quando foi ouvido na ERC não lhe foi colocada qualquer questão sobre a sua ligação a estas três empresas mas apenas quanto às colaborações na comunicação social.

Disse também que enquanto membro do CGI espera poder contribuir com toda a sua experiência na reflexão que venha a ser feita sobre como pode o serviço público de televisão ajudar a máquina global da ação lusófona que Portugal precisa de trabalhar, participação essa que terá que ser *pro bono* na medida em que já se encontra aposentado da função pública.

Defendeu igualmente que a TV pública tem que ter qualidade e prestar um bom serviço, apostando numa programação com sentido de serviço público e que seja minimamente apelativa para manutenção de um certo público, que a RTP tem de adequar a informação a um modelo mais europeu do que o português; apostar no entretenimento e na divulgação cultural; manter a abertura à sociedade civil; promover a coesão nacional e a integração de minorias; dedicar-se ao estudo de um novo modelo de negócio que passe por uma maior articulação multimédia para conseguir captar públicos mais jovens; e apostar no desporto não profissional.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira,

(PCP), tendo o Senhor Embaixador respondido às questões colocadas, dando de seguida a Senhora Presidente dado por encerrada a audição.

A [audição](#) foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta na página da Comissão, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Audição do Professor Vieira de Andrade, indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA

Dando início à audição, a Senhora Presidente deu as boas vindas ao Professor Vieira de Andrade, indicado pelo Conselho de Opinião para integrar o CGI.

O Professor Vieira de Andrade proferiu uma breve intervenção inicial, sublinhando desde logo que, apesar de a ERC ainda não ter enviado ao Parlamento o seu parecer quanto à sua indicação para o CGI, já tinha sido ouvido por este órgão.

De seguida, adiantou que tinha aceite o convite como jurista que é e como cidadão acionista da RTP, que a candidatura não partiu de si mas que foi convidado pelo Conselho de Opinião da RTP para integrar este órgão, que, inclusivamente, lhe transmitiu que o tinham escolhido porque pretendiam que a pessoa a integrar no CGI residisse fora de Lisboa, que reunisse um determinado perfil específico, de preferência jurista, e que tivesse algum interesse por esta área.

Defendeu a existência de um serviço público de televisão e de rádio que aposte na sua vertente de serviço público e que privilegie a independência, sendo o seu atual modelo de governação o que se encontra mais próximo dessa independência.

Adiantou também que defende que os valores fundamentais da RTP devem ser os da universalidade, independência, qualidade e salvaguarda de valores nacionais, regionais e culturais.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira, tendo o Senhor Professor Vieira de Andrade respondido no final às questões colocadas, dando de seguida a Senhora Presidente dado por encerrada a audição.

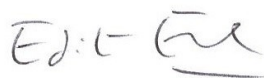
A reunião foi encerrada às 13 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=106528>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 3 de outubro 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 10 de outubro de 2017, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
João Torres
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
João Marques
Maria Augusta Santos
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Firmino Pereira
Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
Joel Sá
Sara Madruga da Costa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: